



3º Simulado

Regular de Procuradorias

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é regular de Procuradoria.
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos dos programas dos editais dos concursos.
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil das bancas organizadoras dos concursos.
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

PREENCHA O GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-Regular-de-Procuradoria-07-08>



Cartão de Respostas									
1		21		41		61		81	
2		22		42		62		82	
3		23		43		63		83	
4		24		44		64		84	
5		25		45		65		85	
6		26		46		66		86	
7		27		47		67		87	
8		28		48		68		88	
9		29		49		69		89	
10		30		50		70		90	
11		31		51		71		91	
12		32		52		72		92	
13		33		53		73		93	
14		34		54		74		94	
15		35		55		75		95	
16		36		56		76		96	
17		37		57		77		97	
18		38		58		78		98	
19		39		59		79		99	
20		40		60		80		100	

PROVA OBJETIVA**DIREITO CONSTITUCIONAL**

Marcel Torres

01. Acerca da legitimidade associativa, é correto afirmar que:

- a) as entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, independentemente de autorização expressa.
- b) a criação de associações independe de autorização, exigida apenas para a criação de cooperativas, na forma da lei, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- c) o mandado de segurança coletivo impetrado por entidades sindicais na defesa do interesse dos seus membros independe de autorização expressa.
- d) as balizas subjetivas do título judicial, formalizado em ação proposta por associação, são definidas pela representação no processo de conhecimento, limitada a execução aos associados da parte autora.
- e) a previsão estatutária genérica não é suficiente para legitimar a atuação, em Juízo, de associações na defesa de direitos dos filiados, sendo dispensável autorização expressa, desde que deliberada em assembleia.

02. Conforme a Constituição Federal e jurisprudência aplicável, é correto afirmar sobre direitos políticos:

- a) A capacidade eleitoral ativa se traduz na possibilidade de concorrer a cargos eletivos.
- b) O não alistável possui capacidade eleitoral passiva, mas não ativa.
- c) A idade de 35 anos é condição de elegibilidade apenas para a candidatura para Presidente da República e Senador.

d) A proibição da segunda reeleição é absoluta e torna inelegível para determinado cargo de Chefe do Poder Executivo o cidadão que já cumpriu 2 mandatos consecutivos em cargo da mesma natureza, ainda que em ente da federação diverso.

e) A nacionalidade brasileira não é uma condição de elegibilidade.

03. Nos termos da Constituição Federal e jurisprudência aplicável, o *full bench* deve ser observado:

- a) Quando parcialmente afastada, no tribunal, a incidência da lei ou ato normativo, embora sem declaração expressa de inconstitucionalidade.
- b) Na declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo por juiz singular.
- c) No reconhecimento, por órgão fracionário, da constitucionalidade de ato normativo.
- d) Nos julgamentos realizados pelas turmas recusais dos juizados especiais.
- e) Pelo relator, quando, de plano, julga o feito com base em pronunciamento anterior acerca da matéria emitido pelo Supremo Tribunal Federal.

04. Compete, respectivamente, ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente:

- a) os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado; e, nos crimes comuns, os Governadores dos Estados
- b) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados; e os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado

c) o habeas corpus, quando o coator for Ministro de Estado; o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União.

d) o habeas corpus, quando o coator for Tribunal Superior; os conflitos de atribuições entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro.

e) as causas e os conflitos entre a União e os Estados; o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Tribunal de Contas da União.

05. Acerca do Mandado de Injunção, é correto afirmar:

a) Da decisão de relator que indeferir a petição inicial, caberá agravo, em 5 (cinco) dias, para o órgão colegiado competente para o julgamento da impetração.

b) A decisão terá eficácia subjetiva limitada às partes e efeitos *erga omnes*.

c) O indeferimento do pedido por insuficiência de prova não impede a renovação da impetração fundada nos mesmos elementos probatórios.

d) A norma regulamentadora superveniente produzirá efeitos ex nunc em relação aos beneficiados por decisão transitada em julgado, ainda que a aplicação da norma editada lhes for mais favorável.

e) Sem prejuízo dos efeitos já produzidos, a decisão proferida no mandado de injunção sempre poderá ser revista, a pedido de qualquer interessado.

06. Em relação ao Habeas Data, é correto afirmar que:

a) compete de forma originária ao Supremo Tribunal Federal, quando impetrado contra ato de Ministro de Estado.

b) é cabível para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante ou de interesse coletivo.

c) compete de forma originária ao Superior Tribunal de Justiça quando impetrado contra ato do Tribunal de Contas da União.

d) é cabível para anotar explicação sobre dados a respeito do impetrante, desde que se constate inexistência.

e) será concedido para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

07. Acerca das alterações introduzidas pela EC 103/2019, assinale a alternativa correta:

a) É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime de previdência social, ainda que decorrentes do exercício de cargos acumuláveis.

b) Não será admitida a acumulação de pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com pensão por morte concedida por outro regime de previdência social ou com pensões decorrentes das atividades militares previstas na CF/88.

c) Não será admitida a acumulação de pensões decorrentes das atividades militares de que trata a Constituição Federal com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social.

d) É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime de previdência social, ressalvadas apenas as pensões decorrentes do exercício do magistério.

e) Será admitida a acumulação de pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com

aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social ou com proventos de inatividade decorrentes das atividades militares previstas na CF/88.

08. Acerca do Orçamento, assinale a alternativa correta:

- a) Cabe à lei complementar dispor sobre o exercício financeiro.
- b) As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem, para serem aprovada, precisam apenas ser compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- c) As emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual poderão alocar recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios apenas por meio de transferência especial.
- d) Na transferência especial, realizada para alocar recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios para a execução de emendas individuais impositivas, os recursos serão vinculados à programação estabelecida na emenda parlamentar.
- e) Na transferência especial, realizada para alocar recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios para a execução de emendas individuais impositivas, os recursos serão aplicados nas áreas de competência constitucional da União.

09. Acerca da liberdade de expressão jornalística e no direito a intimidade, assinale a alternativa que está conforme a jurisprudência do STF:

- a) Quando constatada publicação ofensiva, a regra será a concessão de ordem judicial para sua não veiculação.
- b) Para evitar-se a censura, poderá o órgão judiciário determinar a alteração do

conteúdo da publicação jornalística que se considere ofensiva.

- c) Mediante provocação, o órgão judiciário poderá determinar a supressão apenas dos trechos da publicação considerados ofensivos.
- d) Em nenhuma hipótese se admitirá a proibição de divulgação de publicação jornalística.
- e) No caso de publicação jornalística que atente contra direitos, poderá o ofendido buscar reparação judicial.

10. Acerca dos tribunais de contas e sua representação judicial, assinale a alternativa correta:

- a) É vedada a criação de Procuradoria do Tribunal de Contas.
- b) Os tribunais de contas sempre serão representados pela Procuradoria do Estado, ante ao princípio da unicidade de representação calcado na Constituição Federal.
- c) As decisões dos Tribunais de Contas que acarretem débito ou multa não possuem eficácia de título executivo.
- d) As decisões dos Tribunais de Contas que acarretem débito ou multa podem ser executadas por iniciativa do próprio Tribunal.
- e) A Constituição Federal não outorgou aos Tribunais de Contas competência para executar suas próprias decisões.

11. Acerca da liberdade religiosa, assinale a alternativa correta:

- a) a liberdade religiosa compreende a liberdade de crença, que é o direito que a pessoa tem de fazer suas próprias convicções, escolher seus padrões de valoração ética ou moral.

b) a liberdade religiosa compreende a liberdade de crença, que é o direito, individual ou coletivo, de praticar atos externos de veneração próprios de uma determinada religião.

c) no âmbito do exercício do direito de liberdade religiosa só haverá racismo se o discurso dessa religião supostamente superior for de dominação, opressão, restrição de direitos ou violação da dignidade humana das pessoas integrantes dos demais grupos.

d) A constituição garante o direito à liberdade religiosa, o que não significa garantir o direito de fazer proselitismo religioso.

e) Pregar um discurso de que as religiões são desiguais e de que uma é inferior à outra configura, por si, o crime de racismo.

12. Acerca das súmulas vinculantes, assinale a alternativa correta:

a) A súmula com efeito vinculante sempre terá eficácia imediata.

b) Da decisão judicial ou do ato administrativo que contrariar enunciado de súmula vinculante, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal, implicando renúncia aos demais recursos eventualmente cabíveis.

c) Não se admite a revogação ou revisão de súmula vinculante *ex officio*.

d) A decisão que admite a manifestação de terceiros no procedimento de criação, revisão ou cancelamento de súmula vinculante é irrecorrível.

e) A criação de súmula vinculante dependerá reiteradas decisões sobre matéria constitucional ou infraconstitucional.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

13. Analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

I - As agências reguladoras, espécies de autarquias em regime especial, têm como característica a estabilidade de seus dirigentes, garantida pelo exercício de mandato fixo, que eles somente podem perder nas hipóteses expressamente previstas em lei, afastada a possibilidade de exoneração *ad nutum*.

II - Os conselhos profissionais não têm o dever de prestar contas ao Tribunal de Contas da União.

III - É inaplicável o regime dos precatórios às sociedades de economia mista prestadoras de serviço público próprio do Estado e de natureza não concorrencial.

IV - As agências reguladoras, em razão de seu regime especial, destacado por sua autonomia, não estão vinculadas à Administração Direta.

a) I e II estão corretas.

b) I e III estão incorretas.

c) Somente a III está incorreta.

d) I e IV estão corretas.

e) II, III e IV estão incorretas.

14. Acerca do Processo Administrativo, nos termos da Lei 9.784/99, é correto afirmar:

a) Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros. O comparecimento à consulta

- pública não confere, por si, a condição de interessado do processo, nem o direito de obter da Administração resposta fundamentada.
- b) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários prescreve em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- c) O recurso contra decisão administrativa será dirigido à autoridade superior, que proferirá decisão no prazo de cinco dias.
- d) No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.
- e) A admissibilidade de recurso administrativo pressupõe o depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens.
- 15. Sobre Concursos Públicos, é incorreto afirmar que**
- a) É constitucional a remarcação do teste de aptidão física de candidata que esteja grávida à época de sua realização, independentemente da previsão expressa em edital do concurso público.
- b) A exclusão do candidato, que concorre à vaga reservada em concurso público, pelo critério da heteroidentificação, seja pela constatação de fraude, seja pela aferição do fenótipo ou por qualquer outro fundamento, exige o franqueamento do contraditório e da ampla defesa.
- c) Nos casos de preterição de candidato na nomeação em concurso público, o termo inicial do prazo prescricional quinquenal recai na data da homologação do concurso público.
- d) Compete à Justiça comum processar e julgar controvérsias relacionadas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade do certame em face da Administração Pública, direta e indireta, nas hipóteses em que adotado o regime celetista de contratação de pessoal.
- e) O encerramento do concurso público não conduz à perda do objeto do mandado de segurança que busca aferir suposta ilegalidade praticada em alguma das etapas do processo seletivo.
- 16. Com base nas disposições da Lei 8.429/92, sobre Improbidade Administrativa, assinale a opção correta.**
- a) As penalidades aplicadas ao servidor ou a terceiro que causar lesão ao patrimônio público são de natureza pessoal, extinguindo-se com a sua morte.
- b) Os empregados públicos, regidos pelas normas trabalhistas, não se submetem aos preceitos contidos na lei de improbidade administrativa.
- c) A aplicação das sanções de improbidade administrativa estará condicionada à rejeição das contas do agente público pelo respectivo Tribunal de Contas competente.
- d) O servidor processado judicialmente pela prática de ato de improbidade somente perderá a função pública após o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- e) Ajuizada a ação de improbidade contra determinado agente público, não caberá recurso contra decisão que receber a inicial.
- 17. Com base na Lei 8.666/93 assinale a alternativa correta:**

- a) Os contratos administrativos podem ser alterados unilateralmente pela administração quando conveniente a substituição da garantia de execução.
- b) É vedada a ocupação provisória de bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese de rescisão do contrato administrativo de serviços essenciais.
- c) É prescindível a manutenção do equilíbrio econômico financeiro para a alteração unilateral do contrato administrativo.
- d) As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.
- e) A alteração unilateral do contrato independe de motivação, por ser uma cláusula exorbitante.
- 18.** Nos termos da Lei 14.133/2021, é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a:
- a) R\$ 6.000 (seis mil reais);
- b) R\$ 8.800 (oito mil e oitocentos reais);
- c) R\$ 10.000 (dez mil reais);
- d) R\$ 20.000 (vinte mil reais);
- e) R\$ 25.000 (vinte e cinco mil reais).
- 19.** Acerca do Controle Administrativo, é correto afirmar que
- a) O controle de legalidade ou juridicidade de um determinado ato administrativo considerado inválido, poderá resultar em sua revogação.
- b) O controle finalístico exercido pela Administração direta sobre as entidades da administração indireta decorre do escalonamento vertical da estrutura da Administração.
- c) O pedido de reconsideração é direcionado à autoridade superior para que reavalie uma decisão proferida por outro agente público hierarquicamente inferior.
- d) A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- e) De acordo com o STF é constitucional norma local que estabeleça a competência do tribunal de contas para realizar exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público.
- 20.** Conforme jurisprudência dos Tribunais Superiores acerca da regra constitucional dos servidores públicos, é correto afirmar que
- a) O exercício da advocacia, desde que em causa própria, é compatível com as atividades desempenhadas por servidor ocupante de cargo público de agente de trânsito.
- b) Os pagamentos indevidos ao servidor público decorrentes de erro administrativo, não embasado em interpretação errônea ou equivocada da lei pela Administração, estão sujeitos à devolução, ainda que o servidor comprove que recebeu de boa-fé, demonstrando que não lhe era possível constatar o pagamento indevido.

c) Incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como terço de férias, serviços extraordinários, adicional noturno e adicional de insalubridade.

d) O direito ao auxílio-alimentação estende-se aos servidores inativos.

e) Comprovado o desvirtuamento da contratação temporária pela Administração Pública, em razão de sucessivas e reiteradas renovações e prorrogações, os servidores temporários farão jus a décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional.

21. Considerando a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa incorreta

a) Pessoa Jurídica de Direito Público tem direito à indenização por danos morais relacionados à violação da honra ou da imagem, quando a credibilidade institucional for fortemente agredida e o dano reflexo sobre os demais jurisdicionados em geral for evidente.

b) Não implica nulidade do processo administrativo, decorrente da inobservância do direito à não autoincriminação, quando a testemunha, até então não envolvida, noticia elementos que trazem para si responsabilidade pelos episódios em investigação.

c) O prazo prescricional aplicável à desapropriação indireta, na hipótese em que o Poder Público tenha realizado obras no local ou atribuído natureza de utilidade pública ou de interesse social ao imóvel é de 15 anos.

d) Em ação de desapropriação indireta é cabível reparação decorrente de limitações administrativas.

e) O estabelecimento de critérios de classificação para a escolha de licitantes em credenciamento é ilegal.

22. Determinado Município pretende formalizar parceria com uma organização da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco. Tal parceria será proposta pela administração pública e envolve a transferência de recursos financeiros.

Nessa situação, o instrumento a ser firmado entre as partes deverá ser o

a) contrato de gestão.

b) termo de parceria.

c) chamamento público.

d) termo de colaboração.

e) acordo de cooperação.

23. Nos termos da Lei 10.520/2002, o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior:

a) 10 dias;

b) 10 dias úteis;

c) 8 dias;

d) 8 dias úteis;

e) 15 dias.

24. Nos termos das disposições da Lei 14.133/2021, na contratação de serviços e

obras, quando o regime de execução for de contratação integrada, o prazo mínimo para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, será de:

- a) 08 dias úteis.
- b) 15 dias úteis.
- c) 10 dias úteis.
- d) 25 dias úteis.
- e) 60 dias úteis.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Michael de Jesus

25. O tributo instituído para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado é intitulado de:

- a) Taxa;
- b) Tarifa;
- c) Contribuição de melhoria;
- d) Imposto sobre serviço de qualquer natureza;
- e) Imposto extraordinário.

26. De acordo com o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta sobre o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU

- a) incide sobre toda propriedade predial urbana, independentemente da sua destinação;
- b) não poderá ter alíquota diferente de acordo com a localização e o uso do imóvel;
- c) a base de cálculo do imposto é o valor de mercado do imóvel;

d) contribuinte do imposto é sempre o proprietário do imóvel;

e) tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel localizado na zona urbana do Município.

27. Considerando o regramento do SIMPLES Nacional e o disposto no Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - Lei Complementar nº 123/2006 - julgue os itens a seguir

I - A empresa individual de responsabilidade limitada não pode ser enquadrada como microempresa para efeito de adesão ao SIMPLES Nacional.

II - Para o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, a sociedade empresária deve, em cada ano-calendário, ter receita bruta inferior a determinado montante legal, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais eventualmente concedidos.

III - o recolhimento de tributo pelo regime especial unificado de arrecadação do SIMPLES Nacional não exclui a incidência do ICMS devido nas operações sujeitas ao regime de substituição tributária.

Assinale a opção correta

- a) apenas o item I está certo;
- b) estão certos apenas os itens I e II;
- c) estão certos apenas os itens I e III;
- d) estão certos apenas os itens II e III;
- e) todos os itens são falsos.

28. A contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública pode ser instituída

- a) por Estados, Municípios e Distrito Federal;

- b) como imposto adicional na fatura de consumo de energia elétrica;
- c) mediante a utilização de elemento próprio da mesma base de cálculo de imposto;
- d) somente por Lei Complementar;
- e) para cobrir despesas de iluminação dos edifícios públicos próprios.

29. Está correto dizer:

- a) Cabe à Constituição Federal a definição dos tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos, a definição dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes;
- b) Somente lei complementar estadual pode dispor sobre conflitos de competência tributária entre os Estados;
- c) Os Estados podem instituir contribuição de intervenção no domínio econômico, desde que relacionada com uma atividade estatal desenvolvida nos seus respectivos territórios;
- d) O Poder Executivo Federal pode alterar a alíquota do imposto sobre a importação de produtos estrangeiros, por meio de decreto, desde que atendidas as condições e os limites previstos em lei;
- e) Todas as alternativas são falsas.

30. Considerando-se as limitações ao poder de tributar previstas no texto constitucional, é juridicamente admissível que um ente público estadual institua a cobrança de:

- a) ICMS incidente sobre a comercialização de jornais impressos;
- b) ICMS com alíquotas diferenciadas em razão da ocupação profissional do contribuinte;
- c) taxa referente a um serviço prestado à União;

- d) taxa a ser cobrada no mesmo exercício financeiro em que for publicada a lei que a instituir;
- e) IPVA incidente sobre veículos terrestres pertencentes ao poder público municipal e utilizados para transportar autoridades.

31. Sobre os princípios constitucionais tributários (legalidade, irretroatividade, igualdade, princípio da não limitação ao tráfego de pessoas e bens e anterioridade anual e nonagesimal) assinale a alternativa incorreta à luz da jurisprudência dos Tribunais Superiores, das normas gerais de direito tributário e da Constituição Federal de 1988:

- a) O imposto de importação - II; Imposto de exportação - IE e Imposto sobre operações financeiras - IOF são exceções aos princípios da anterioridade anual e nonagesimal
- b) a aplicação da lei interpretativa a ato ou fato pretérito não viola o princípio da irretroatividade da lei tributária;
- c) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão da ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;
- d) É inconstitucional a cobrança de pedágio pela utilização de vias públicas conservadas pelo Poder Público por violação ao princípio que proíbe o estabelecimento de limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais;
- e) com relação ao princípio da legalidade tributária, é certo que os tributos, geralmente, são instituídos por lei ordinária

32. Está correto dizer:

- a) A lei pode autorizar que a autoridade administrativa conceda, por despacho

fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário objetivando a terminação de litígio e consequente exclusão do crédito correspondente

b) responsabilidade dos pais pelos tributos devidos por seus filhos menores é de caráter pessoal;

c) competência tributária está inserida no âmbito da competência legislativa plena;

d) isenção, que é sempre decorrente de lei, não pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares, por ofensa ao princípio da isonomia;

e) o objeto da obrigação principal é o pagamento do tributo, enquanto que o da acessória é o pagamento da penalidade pecuniária

33. Assinale a alternativa verdadeira:

a) O prazo decadencial entre o lançamento tributário provisório e o lançamento tributário definitivo é de 5 (cinco) anos.

b) O parcelamento do débito tributário interrompe a prescrição a partir do pagamento da primeira parcela.

c) Segundo o CTN, o crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.

d) A Constituição Federal veda o tributo com efeito de confisco, vedação esta que não se aplica às multas já que multa não é tributo conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal.

e) Não pode incidir ICMS sobre fonogramas musicais produzidos no Brasil. Todavia, não há óbice para incidência de ISS sobre videogramas musicais produzidos no Brasil.

34. Assinale a alternativa verdadeira:

a) De acordo com a praxe tributária, a responsabilidade pelo pagamento de tributo decorrente da venda de sucata por cooperativa de sucateiros não recai para os sucateiros que cometeram o fato gerador da exação para sim para o sujeito que está mais à frente na relação comercial, ou seja, a indústria que comprou a sucata. Neste fato temos a figura conhecida na doutrina como responsabilidade por substituição para trás ou regressiva.

b) Na importação de mercadorias para o exterior, o fato gerador do ICMS ocorre no momento em que a mercadoria é embarcada para o exterior.

c) Para o STJ o locatário possui legitimidade ativa para discutir a relação jurídico-tributária de IPTU e de taxas referentes ao imóvel alugado nem para repetir indébito desses tributos.

d) No campo da classificação dos tributos apresentado pela doutrina, é possível dizer que taxa é um tributo restituível.

e) Se a pessoa natural não escolher seu domicílio tributário, será considerado como tanto o centro habitual de sua atividade, ou, sendo este incerto ou desconhecido, sua residência habitual.

35. Assinale a alternativa falsa

a) De acordo com a jurisprudência, compete a justiça comum estadual processar e julgar causas alusivas à parcela do imposto de renda retido na fonte pertencente ao Estado-membro, porque ausente o interesse da união.

b) O lançamento de ofício é cabível quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação.

c) É correto dizer que a isenção tributária é um fenômeno concomitante e a imunidade tributária é um fenômeno consequente dentro da relação jurídico tributária.

d) O plenário do STF entende que deve ser afastada a aplicação do princípio da anterioridade no caso de revogação de benefício fiscais.

e) Caberá a União transferir ao Distrito Federal 29% do produto da arrecadação da CIDE - Combustível.

36. De acordo com os dispositivos do CTN, julgue os itens abaixo:

I. Uma criança de oito anos é absolutamente incapaz, tanto do ponto de vista civil, como no âmbito tributário.

II. Desde que não haja lei em sentido contrário, o contrato de locação feito entre o proprietário do imóvel (contribuinte do IPTU) e o locatário, no sentido de ser este o responsável pelo pagamento do IPTU, excluindo a responsabilidade daquele, é válido entre as partes, porém é ineficaz em relação à Fazenda Pública Municipal.

III. Na solidariedade tributária deve-se observar uma ordem sequencial na execução fiscal, cobrando-se primeiro de um devedor para só depois, no caso de insucesso do recebimento, cobrar-se do segundo devedor, e assim sucessivamente. Está(ão) correto(s):

a) Apenas o item I.

b) Apenas o item II.

c) Apenas o item III.

d) Os itens I e II.

e) Os itens II e III.

II. A indisponibilidade de bens, na ação de improbidade administrativa, pode ser presumida somente quando houver atos ímprobos que importem em enriquecimento ilícito, segundo o STJ.

III. É admitida a declaração de inconstitucionalidade como pedido principal da ação civil pública.

IV. A ação civil pública, nos termos da Lei nº 7.347/85, poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

V. Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.

É correto o que se afirma APENAS em

a) II, IV e V.

b) I, II e III.

c) II, III e IV.

d) III, IV e V.

e) I, IV e V.

38. Segundo o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta sobre a reclamação.

a) Caberá reclamação para garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas, porém, somente dos Tribunais Superiores.

b) É inadmissível a reclamação proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, ainda que esgotadas as instâncias ordinárias.

c) o beneficiário da decisão impugnada somente será citado se o relator entender cabível ao caso concreto.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Josias Barcelos

37. Considere as assertivas a seguir sobre a improbidade administrativa, ação civil pública e mandado de segurança.

I. A teoria da encampação, no mandado de segurança, exige, entre outros requisitos, vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado.

d) qualquer interessado poderá impugnar o pedido do reclamante.

e) Ao despachar a reclamação, o relator requisitará informações da autoridade a quem for imputada a prática do ato impugnado, que as prestará no prazo de 15 (quinze) dias.

39. Assinale a alternativa que corresponde a enunciado de súmula vinculante.

a) Os honorários advocatícios incluídos na condenação ou destacados do montante principal devido ao credor consubstanciam verba de natureza alimentar cuja satisfação ocorrerá com a expedição de precatório ou requisição de pequeno valor, observada ordem especial restrita aos créditos dessa natureza.

b) O Ministério Público tem legitimidade para promover ação civil pública cujo fundamento seja a ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares.

c) Na ação rescisória, não estão impedidos juízes que participaram do julgamento rescindendo.

d) A Câmara de Vereadores não possui personalidade jurídica, apenas personalidade judiciária, somente podendo demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais.

e) É inadmissível o interdito proibitório para a proteção do direito autoral.

40. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, a decisão que receber a petição inicial

a) é irrecorrível.

b) desafia recurso de apelação, no prazo de quinze dias.

c) desafia recurso de agravo de instrumento, no prazo de quinze dias.

d) desafia recurso de apelação, no prazo de dez dias.

e) desafia recurso de agravo de instrumento, no prazo de dez dias.

41. Sobre o incidente de desconconsideração de personalidade jurídica, é correto afirmar.

a) Segundo o CPC, não se aplica o incidente à desconconsideração inversa.

b) Concluída a instrução o incidente será resolvido por sentença, excepcionalmente por decisão interlocutória.

c) A instauração do incidente não suspende o processo.

d) Acolhido o pedido de desconconsideração, a alienação ou a oneração de bens, havida em fraude contra credores, será anulável em relação ao adquirente.

e) O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica aplica-se ao processo de competência dos juizados especiais.

42. São títulos executivos extrajudiciais, **EXCETO**:

a) Letra de câmbio.

b) a escritura pública ou outro documento particular somente assinado pelo devedor.

c) a certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.

d) debênture.

e) cheque.

43. Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar, EXCETO:

a) enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.

- b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos.
- c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência.
- d) enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.
- e) enunciado do Conselho de Justiça Federal.

44. Segundo o CPC, é competente o foro

- a) de domicílio ou residência do alimentando, para a ação em que se pedem alimentos.
- b) do lugar onde está a sua sede, para a ação em que for ré sociedade ou associação sem personalidade jurídica.
- c) de domicílio do réu, para ação de reparação de danos.
- d) de domicílio do réu, para a ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, inclusive aeronaves.
- e) do lugar onde exerce suas atividades, para a ação em que for ré a pessoa jurídica.

45. Em relação às normas fundamentais do processo civil, assinale a alternativa correta.

- a) Nos casos de segredo de justiça, pode ser autorizada a presença somente das partes, de seus advogados, de defensores públicos ou do Ministério Público.
- b) Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida, inclusive quanto à tutela provisória de urgência.
- c) Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé, na modalidade somente subjetiva.
- d) É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais,

competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório, a seu critério.

- e) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, mas a atividade satisfativa sempre se pautará nos prazos estabelecidos pelo rito ordinário.

46. Em relação à coisa julgada das questões prejudiciais, decidida expressa e incidentalmente no processo, assinale a alternativa correta.

- a) a resolução da questão prejudicial ganha moldura de coisa julgada, mesmo que o julgamento do mérito não dependa dela.
- b) não é admitida a coisa julgada ainda que o juízo tenha competência em razão da matéria e da pessoa para resolvê-la como questão principal.
- c) configura a coisa julgada, mesmo que tenha restrições probatórias para resolver a questão prejudicial.
- d) o CPC não admite a coisa julgada de questões prejudiciais.
- e) a seu respeito tiver havido contraditório prévio e efetivo, não se aplicando no caso de revelia.

47. Sobre o que prevê o CPC acerca de nova perícia decorrente da prova pericial, assinale a alternativa correta.

- a) O juiz determinará apenas de ofício a nova perícia.
- b) A segunda perícia rege-se por disposições próprias, diferente da primeira.
- c) A segunda perícia não substitui a primeira, cabendo ao juiz apreciar o valor de uma e de outra.
- d) A segunda perícia deve ter por objeto fatos diferentes sobre os quais recaiu a primeira.
- e) Somente haverá segunda perícia, se ocorrer fatos novos após a distribuição da ação.

48. Em relação à legitimidade e interesse para intervir incidentalmente na ação possessória entre particulares pelo ente público, assinale a alternativa correta.

- a) o STJ somente admite para Administração Direta.
- b) As matérias defensivas serão restritas, porém, admite-se o domínio.
- c) O STJ não admite.
- d) Pode deduzir qualquer matéria defensiva, inclusive, se for o caso, o domínio.
- e) o STJ somente admite se for ação demandada diretamente pelo ente público.

ASPECTOS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL APLICADOS À FAZENDA PÚBLICA

Igor Maciel

49. No que se refere à tutela provisória, assinale a alternativa correta:

- a) A tutela provisória requerida em caráter incidental depende do pagamento de custas.
- b) Se ocorrer a cessação da eficácia da medida em qualquer hipótese legal, a parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, independentemente da reparação por dano processual.
- c) A tutela provisória conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo, ainda que haja decisão judicial em contrário.
- d) A tutela de urgência somente poderá ser concedida após justificação prévia.
- e) A tutela provisória não conserva sua eficácia na pendência do processo, podendo, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.

50. Acerca da Ação Civil Pública e levando em consideração as disposições da Lei nº 7.347/85, assinale a alternativa correta:

- a) A ação civil pública somente pode ter como objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer se houver também a condenação em pecúnia.
- b) Não será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados.
- c) As sociedades de economia mista não têm legitimidade para propor ação civil pública devido sua natureza privada.
- d) A propositura da ação não previne a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.
- e) Para que uma associação tenha legitimidade para propor ação civil pública, é necessário que esteja constituída há pelo menos 6 meses e inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

51. Em relação à Ação Popular e de acordo com o que dispõe a Lei nº 4.717/65, assinale a alternativa correta:

- a) A sentença que concluir pela procedência da ação está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal; da que julgar a ação procedente caberá apelação, com efeito suspensivo.
- b) A ação popular prescreve em dois anos.
- c) Se o autor desistir da ação ou der motivo à absolvição da instância, fica assegurado a qualquer cidadão, bem como ao representante

do Ministério Público, dentro do prazo de 60 dias da última publicação feita, promover o prosseguimento da ação.

d) A propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações que forem posteriormente intentadas contra as mesmas partes, ainda que diferentes os fundamentos.

e) A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível "erga omnes", exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova; neste caso, qualquer cidadão poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

52. Assinale a alternativa incorreta acerca dos Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados e Municípios:

a) Podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública, como réus, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas e sociedades de economia mista a eles vinculadas.

b) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 dias.

c) As microempresas e empresas de pequeno porte podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública como autores.

d) O juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação

e) Para efetuar o exame técnico necessário à conciliação ou ao julgamento da causa, o juiz nomeará pessoa habilitada, que apresentará o laudo até 5 dias antes da audiência.

53. Assinale a alternativa correta em relação à tutela de evidência:

a) A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de probabilidade de direito e de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte;

b) A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando se tratar de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa.

c) Se a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável, a tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, e o juiz poderá decidir liminarmente.

d) A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula de tribunal superior.

e) Em caso de pedido reipersecutório fundado em prova documental adequada do contrato de depósito, caso em que será decretada a ordem de entrega do objeto custodiado, sob cominação de multa, o juiz não poderá decidir liminarmente.

54. Em relação ao Mandado de Segurança, assinale a alternativa correta de acordo com as disposições da Lei 12.016/2009:

() Equiparam-se às autoridades, para os efeitos desta Lei, os representantes ou órgãos de partidos políticos e os administradores de entidades autárquicas, bem como os dirigentes

de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público, somente no que disser respeito a essas atribuições.

() O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 15 dias, quando notificado judicialmente.

() Em caso de urgência, é permitido, observados os requisitos legais, impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada, devendo o texto original da petição ser apresentado nos 15 dias úteis seguintes.

a) V, V, V

b) F, V, V

c) V, F, V

d) V, F, F

e) F, F, V

55. Assinale a alternativa incorreta consoante entendimento disposto em Súmulas Vinculantes:

a) Durante o período previsto no parágrafo 1º do artigo 100 da Constituição, incidem juros de mora sobre os precatórios que nele sejam pagos.

b) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.

c) O cálculo de gratificações e outras vantagens do servidor público não incide sobre o abono utilizado para se atingir o salário-mínimo.

d) É inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou

municipais a índices federais de correção monetária.

e) É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

56. Assinale a alternativa incorreta no que se refere ao Mandado de Injunção, levando em consideração as disposições constitucionais e também da Lei nº 13.300/2016:

a) Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

b) A petição inicial deverá preencher os requisitos estabelecidos pela lei processual e indicará, além do órgão impetrado, a pessoa jurídica que ele integra ou aquela a que está vinculado.

c) A decisão terá eficácia subjetiva limitada às partes e produzirá efeitos até o advento da norma regulamentadora, não sendo possível conferir eficácia erga omnes à decisão.

d) Recebida a petição inicial, será ordenada: I - a notificação do impetrado sobre o conteúdo da petição inicial, devendo-lhe ser enviada a segunda via apresentada com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de 10 dias, preste informações.

e) O mandado de injunção coletivo não induz litispendência em relação aos individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante que não requerer a desistência da demanda individual no prazo de 30 dias a contar da ciência comprovada da impetração coletiva.

57. Em relação à desapropriação por utilidade pública, julgue as disposições abaixo:

I – Os concessionários de serviços públicos e os estabelecimentos de caráter público ou que exerçam funções delegadas de poder público poderão promover desapropriações mediante

autorização expressa, constante de lei ou contrato.

II – É vedada a desapropriação, pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelos Territórios e pelos Municípios de ações, cotas e direitos representativos do capital de instituições e empresas cujo funcionamento dependa de autorização do Governo Federal e se subordine à sua fiscalização, salvo mediante prévia autorização, por decreto do Presidente da República.

III – Ao imóvel desapropriado para implantação de parcelamento popular, destinado às classes de menor renda, não se dará outra utilização nem haverá retrocessão.

IV – Os bens do domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios poderão ser desapropriados pela União, e os dos Municípios pelos Estados, mas, em qualquer caso, ao ato deverá preceder autorização legislativa.

Estão corretas:

- a) I, somente.
- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) III e IV.
- e) II, III e IV.

58. Acerca das sanções aplicáveis aos agentes públicos em caso de cometimento de atos de improbidade administrativa, e levando em consideração a Lei 8.429/1992, assinale a alternativa correta:

- a) A propositura da ação de improbidade administrativa prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir, ainda que diferente o objeto.
- b) Será punido com a pena de suspensão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a

prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

- c) Havendo a possibilidade de solução consensual, poderão as partes requerer ao juiz a suspensão do prazo para a contestação, por prazo não superior a 90 dias.
- d) O agente público que frustra a licitude de concurso público incorre em ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- e) Recebida a manifestação, o juiz, no prazo de vinte dias, em decisão fundamentada, rejeitará a ação, se convencido da inexistência do ato de improbidade, da improcedência da ação ou da inadequação da via eleita.

59. Assinale a alternativa correta em relação ao entendimento dos Tribunais Superiores:

- a) Salvo contra a Fazenda Pública, sendo a obrigação líquida, contam-se os juros moratórios desde a citação inicial para a ação
- b) Pela demora no pagamento do preço da desapropriação caberá indenização complementar além dos juros.
- c) Na desapropriação para instituir servidão administrativa não são devidos juros compensatórios pela limitação de uso da propriedade.
- d) Prescreve em dois anos, contados do término do processo administrativo, a pretensão da Administração Pública de promover a execução da multa por infração ambiental.
- e) No processo de desapropriação, são devidos juros compensatórios desde a antecipada imissão de posse, ordenada pelo juiz, por motivo de urgência.

60. Em relação aos consórcios públicos, à luz da Lei nº 11.107/2005, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante contrato de rateio.
- b) O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções.
- c) É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.
- d) É cabível, em contrato de consórcio, cláusula que preveja determinadas contribuições financeiras ou econômicas de ente da Federação ao consórcio público, inclusive a doação, destinação ou cessão do uso de bens móveis ou imóveis e as transferências ou cessões de direitos operadas por força de gestão associada de serviços públicos.
- e) O protocolo de intenções deve definir o número de votos que cada ente da Federação consorciado possui na assembleia geral, sendo assegurado 1 voto a cada ente consorciado.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

- 61.** A LC 95/1998 estabelece que a contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância será feita com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral. Quanto à vigência das leis, é correto afirmar que:
- a) se a data indicada pela lei cair em feriado, sábado ou domingo, a vigência terá início no dia útil subsequente;
 - b) na contagem dos prazos, não são computados sábados, domingos e feriados;
 - c) há sincronia na vigência da lei brasileira no território nacional e no exterior quando não houver prazo de vigência expressamente estabelecido;

d) se a data de vigência cair em um domingo, a vigência terá início nesse mesmo domingo;

e) durante a *vacatio legis*, a lei ainda não é válida.

62. João e Paulo, pai e filho respectivamente, se envolveram em um grave acidente durante a volta de uma viagem em uma rodovia federal. Em razão do acidente, ambos tiveram morte instantânea, não sendo possível determinar quem faleceu antes. Nesse caso, é correto afirmar que:

a) João e Paulo serão considerados herdeiros entre si para os efeitos legais;

b) se Paulo possuir filhos, estes irão representá-lo na sucessão;

c) se Paulo possuir irmãos, estes irão representá-lo na sucessão;

d) o instituto da comoriência é aplicável nos casos em que se pode determinar quem faleceu primeiro;

e) pela regra sucessória, Paulo irá herdar a legítima de João.

63. As fundações são um complexo de bens, ou seja, são pessoas jurídicas sem quaisquer pessoas físicas/naturais quando de sua instituição. Ela, assim, configura o caso mais explícito da concepção formal de pessoa, bem como da Teoria da Realidade Técnica, já que se personificam os bens, em certa medida. Quanto às fundações, é incorreto afirmar que:

a) cria-se a fundação por escritura pública ou por testamento;

b) na constituição da fundação por meio de dotação de bens livres, deve-se especificar o fim a que ela se destina;

c) o instituidor deverá declarar a maneira de administrar a fundação;

d) velará pelas fundações o Ministério Público do Estado onde situadas;

e) tornando-se ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação, ou vencido o prazo de sua existência, o órgão do Ministério Público, ou qualquer interessado, lhe promoverá a extinção.

64. Carlos firmou negócio jurídico com James sob a condição de que o pagamento só seria por ele devido se chovesse por três dias seguidos. Após chover dois dias, Carlos realizou o pagamento acreditando ter sido a condição realizada. Sobre a situação do pagamento indevido relatada, é incorreto afirmar que:

- a) todo aquele que recebeu o que lhe não era devido fica obrigado a restituir; obrigação que incumbe àquele que recebe dívida condicional antes de cumprida a condição;
- b) não se pode repetir o que se pagou para solver dívida prescrita, ou cumprir obrigação judicialmente inexigível;
- c) não terá direito à repetição aquele que deu alguma coisa para obter fim ilícito, imoral, ou proibido por lei;
- d) àquele que voluntariamente pagou o indevido é presumido o direito ao ressarcimento;
- e) fica isento de restituir pagamento indevido aquele que, recebendo-o como parte de dívida verdadeira, inutilizou o título.

65. O Estado Alfa está executando um crédito fiscal de ITCMD em razão de uma doação que teve como favorecido João. Como João nunca declarou a referida doação, foi alvo de uma autuação por meio da Secretaria de Fazenda, o que foi possível por meio do cruzamento de dados entre o doador e João, donatário. João, em sua defesa, alega que jamais aceitou qualquer doação, arguindo que a referida doação já foi revogada. Em relação à revogação de doação, é correto afirmar que:

a) se a doação possuir encargo, João a teria revogado pela simples inexecução do encargo;

b) é possível renunciar antecipadamente o direito de revogar a liberalidade por ingratidão do donatário;

c) a doação não pode ser revogada por mera ingratidão;

d) é possível revogar por ingratidão uma doação puramente remuneratória;

e) a doação poderia ter sido revogada ainda que João tivesse recebido o imóvel em razão de seu casamento.

66. Fulano é devedor da Empresa X em razão de contrato de prestação de serviços em que se prevê pagamento mensal. Passados alguns meses de regular prestação de serviços e pagamentos, Fulano começa a perceber dificuldades em concretizar o pagamento por razões alheias a sua vontade e, assim, é orientado por um amigo advogado a realizar o pagamento em consignação. Considerando esse caso concreto, não terá lugar a consignação:

- a) se a Empresa X não puder, ou, sem justa causa, recusar receber o pagamento, ou dar quitação na devida forma;
- b) se a Empresa X não for, nem mandar receber a coisa no lugar, tempo e condição devidos;
- c) se Fulano alegar dúvida sobre quem deva legitimamente receber o objeto do pagamento;
- d) se pender litígio sobre o objeto do pagamento;
- e) ainda que Fulano comprove que o local de pagamento, na sede da Empresa X, possui um acesso muito perigoso, já que é necessário passar por uma favela violenta e com pouca circulação de veículos.

67. O contrato em que uma pessoa assume, em caráter não eventual e sem vínculos de dependência, a obrigação de promover, à conta de outra, mediante retribuição, a realização de certos negócios, em zona determinada, caracterizando-se a distribuição quando o agente tiver à sua disposição a coisa a ser negociada é típico contrato de:

- a) comissão;
- b) agência e distribuição;
- c) corretagem;
- d) constituição de renda;
- e) seguro de pessoa.

68. João faleceu e deixou um grande patrimônio a ser herdado conforme a sucessão legítima definida por lei. Quanto à sucessão legítima, supondo-se todas as hipóteses possíveis de sucessores legítimos, assinale a alternativa que indicar o último sucessor possível na ordem legalmente posta:

- a) os descendentes;
- b) os ascendentes, em concorrência com o cônjuge;
- c) o cônjuge sobrevivente, se casado com o João no regime de separação obrigatória;
- d) os colaterais;
- e) o cônjuge sobrevivente, se casado com o João no regime de separação obrigatória, no caso de ainda serem vivos os ascendentes de João.

69. Joaquim realizou um negócio jurídico não solene com Ana, que deveria pagar o valor acordado ao final do mês de novembro de 2020. Passado o prazo, Ana não cumpriu o prometido e, em razão disso, Joaquim viu como única alternativa ajuizar ação para

cobrar o referido valor. Por não haver forma prescrita em lei para a formalização do negócio jurídico feito, Joaquim terá alguns meios de prová-lo, não o podendo fazer por meio de:

- a) confissão;
- b) presunção;
- c) perícia;
- d) comprovação da notoriedade do fato;
- e) testemunha.

70. O Banco Alfa, enquanto credor de Miguel em razão de um contrato de alienação fiduciária de imóvel, resolveu ceder o crédito ao Banco Beta, tendo este último pago apenas o valor correspondente ao que já havia sido quitado da dívida. Em relação a essa situação, é correto afirmar que:

- a) a cessão do crédito só terá eficácia em relação a Miguel se esse a aceitar expressamente;
- b) o Banco Beta apenas poderá exercer os atos conservatórios do direito cedido após Miguel tomar conhecimento da cessão;
- c) se nada tiver sido estipulado no contrato nesse sentido, o Banco Alfa não responde pela solvência de Miguel;
- d) em regra, não estarão abrangidos os bens acessórios no ato cessão de crédito;
- e) se o Banco Beta cedesse o crédito ao Banco Gama, esta última iria prevalecer ainda que não houvesse a tradição do título do crédito cedido.

DIREITO DO TRABALHO

Lucas Pessoa

71. Assinale a alternativa CERTA:

- a) A propósito da jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, as gorjetas oferecidas espontaneamente pelos clientes servem de base de cálculo para o aviso-prévio, adicional noturno, horas extras, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e repouso semanal remunerado.
- b) A propósito da jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, as gorjetas oferecidas espontaneamente pelos clientes servem de base de cálculo para o aviso-prévio, mas não servem de base de cálculo para adicional noturno, horas extras, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e repouso semanal remunerado.
- c) A propósito da jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, as gorjetas oferecidas espontaneamente pelos clientes não servem de base de cálculo para o aviso-prévio, adicional noturno, horas extras, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e repouso semanal remunerado.
- d) A propósito da jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, as gorjetas oferecidas espontaneamente pelos clientes não servem de base de cálculo para o aviso-prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado, mas serve de base de cálculo para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
- e) Nenhuma das anteriores.

72. Considere as definições abaixo.

- I - Quantia paga pelo exercício de atividade mais gravosa.
- II - Adiantamento pecuniário efetuado pelo empregador ao empregado.

Assinale a alternativa que corresponde, correta e respectivamente, às definições acima.

- a) Prêmio – bônus
- b) Prêmio – adicional
- c) Bônus – prêmio
- d) Adicional – gratificação
- e) Adicional – abono

73. No tocante à jornada de trabalho e, de acordo com a legislação vigente, considere:

- I. Empregado e empregador poderão estabelecer horário de trabalho de doze horas seguidas, por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.
- II. É facultada às partes no contrato de emprego, a compensação da jornada de trabalho, sendo que a prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada e o banco de horas.
- III. Em casos específicos de empregados contratados para jornada de trabalho de seis horas diárias e trinta horas semanais, mas que habitualmente prorrogam essa jornada, a jurisprudência tem-se posicionado no sentido de reconhecer, no mínimo, uma hora de intervalo para repouso e alimentação.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) I, II e III.
- c) II e III, apenas.
- d) I, apenas.
- e) I e II, apenas

74. Em relação aos contratos de trabalho celebrados com a Administração Pública sem

concurso público após a Constituição Federal de 1988, é CORRETO afirmar:

- a) Considera-se nulo por ausência de concurso público, quando celebrado originalmente com ente da Administração Pública Indireta, ainda que continue a existir após a sua privatização.
- b) O contrato de trabalho é nulo, somente conferindo ao trabalhador direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário-mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.
- c) O contrato é anulável, sendo devidos todos os direitos ao trabalhador até o trânsito em julgado da decisão que reconhecer a irregularidade.
- d) Considerando as Convenções da OIT ratificadas pelo Brasil, o contrato de trabalho é válido e é garantido ao trabalhador o rol de direitos elencados na Constituição Federal.
- e) Desvirtuada a finalidade do contrato de estágio celebrado na vigência da Constituição Federal de 1988, é inviável o reconhecimento do vínculo empregatício com ente da Administração Pública direta ou indireta, por força do art. 37, II, da CF/1988, sendo conferido apenas o direito ao pagamento da contraprestação devida ao cargo ou função que foi efetivamente desempenhada.

75. No que se refere a férias, assinale a opção CORRETA:

- a) O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono de férias serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período.
- b) O empregado receberá, durante as férias, a remuneração que lhe for devida durante o período aquisitivo.
- c) O período de férias não é computado como tempo de serviço.
- d) É facultado ao empregado converter 1/3 (um terço) do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que

lhe seria devida nos dias correspondentes, sendo que o referido abono deverá ser requerido até 10 (dez) dias antes do término do período aquisitivo.

- e) O empregado poderá exigir do empregador que as férias sejam concedidas no período que melhor atenda aos seus interesses.

76. Tício é empregado da empresa X Ltda e exerce seu labor no horário noturno. Todavia, todas as sextas feiras e aos sábados Tício estendeu seu labor até as 07:00 horas. Neste caso, de acordo com o entendimento Sumulado do TST,

- a) não é devido o adicional noturno quanto às horas prorrogadas, uma vez que já efetuadas no horário diurno, ou seja, após 6h.
- b) não é devido o adicional noturno quanto às horas prorrogadas, uma vez que já efetuadas no horário diurno, ou seja, após 5h.
- c) é devido o adicional noturno quanto às horas prorrogadas, sendo que este adicional integrará o salário de Tício para todos os efeitos legais.
- d) é devido o adicional noturno apenas quanto a primeira hora prorrogada, sendo que este adicional integrará o salário de Maciel para os efeitos legais, exceto férias.
- e) é devido o adicional noturno quanto às horas prorrogadas, sendo que este adicional integrará o salário de Maciel para os efeitos legais, exceto férias e décimo terceiro salário.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Lucas Pessoa

77. Determinada sociedade de economia mista estadual, intimada da sentença trabalhista no dia 07.07.2021 (4ª feira), interpôs recurso ordinário em 28.07.2021 (4ª feira). Considerando que o mencionado recurso foi processado pelo juízo a quo, assinale a alternativa correta.

- a) O recurso deverá ser conhecido pelo juízo ad quem, pois está vinculado ao juízo de admissibilidade da instância inferior.
- b) O recurso não deverá ser conhecido pelo juízo ad quem, pois não foi observado o prazo legal de quinze dias corridos.
- c) O recurso deverá ser conhecido pelo juízo ad quem, pois foi observado o prazo legal de quinze dias úteis.
- d) O recurso deverá ser conhecido pelo juízo ad quem, pois as empresas públicas possuem prazo em dobro para recorrer.
- e) O recurso não deverá ser conhecido pelo juízo ad quem, pois foi interposto intempestivamente.

78. Em execução trabalhista movida por empregado celetista, da decisão proferida nos embargos à execução desfavorável ao Estado foi interposto agravo de petição considerado intempestivo pelo juiz de primeiro grau. Qual a atitude cabível em face de tal decisão:

- a) Interpor novo agravo de petição.
- b) Interpor agravo de instrumento.
- c) Impetrar mandado de segurança.
- d) Interpor recurso ordinário.
- e) Interpor apelação.

79. Sobre a Responsabilidade por dano processual incluída recentemente na CLT, assinale a alternativa correta.

- a) A multa de litigância de má-fé poderá ser aplicada de ofício ou a requerimento.
- b) Quando forem dois ou mais os litigantes de má-fé, o juízo condenará cada um na proporção de seu respectivo interesse na causa ou subsidiariamente aqueles que se coligaram para lesar a parte contrária.

- c) A execução da multa de litigância de má-fé dar-se-á em autos apartados.
- d) Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa poderá ser fixada em até duas vezes o último salário contratual do ofendido.
- e) Não se aplica a multa de litigância de má-fé à testemunha que intencionalmente alterar a verdade dos fatos ou omitir fatos essenciais ao julgamento da causa, pois não é parte na ação.

80. Assinale a assertiva incorreta sobre dissídio coletivo.

- a) A prerrogativa para instauração do dissídio coletivo em caso de greve é da entidade sindical ou do Ministério Público do Trabalho, considerando que o art. 856 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT restou derogado pelo art. 8º da Lei no 7.783/1989, que dispõe sobre o exercício do direito de greve.
- b) O dissídio coletivo somente pode ser instaurado pela federação quando inexistir sindicato no âmbito de sua atuação. Do mesmo modo, a confederação somente poderá instaurar o dissídio coletivo na hipótese de inexistência de federação e de sindicato no âmbito de sua atuação respectiva, seja de empregado, seja de empregador.
- c) Nos termos da CLT, a representação dos sindicatos para instauração da instância não se subordina à aprovação de assembleia da qual participem os associados interessados na solução do dissídio coletivo, em primeira convocação, por maioria de 2/3 (dois terços) dos mesmos, ou, em segunda convocação, por 1/3 (um terço) dos presentes.
- d) As cláusulas de natureza econômica não podem ser objeto de dissídio coletivo quando proposto em face das pessoas jurídicas de direito público que mantenham empregados.
- e) São peças indispensáveis para a instauração do dissídio coletivo o edital de convocação da categoria e a ata da assembleia geral de

trabalhadores, sendo imprescindível, quando instaurado contra determinada empresa, a autorização dos trabalhadores diretamente envolvidos.

81. A respeito da execução no processo do trabalho, assinale a alternativa CORRETA:

a) São executados na Justiça do Trabalho as decisões passadas em julgado ou das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo; os acordos, quando não cumpridos; os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia.

b) Serão executadas, desde que a pedido do INSS, as contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida por juízes e tribunais do trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo, inclusive sobre os salários pagos durante o período contratual reconhecido.

c) É competente para a execução de título executivo extrajudicial o juiz que assim for designado por determinação do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho a que o primeiro estiver vinculado.

d) A execução poderá ser promovida por qualquer interessado, ou, de ofício, pelo Ministério Público do Trabalho.

e) Nenhuma das anteriores.

82. Assinale a alternativa ERRADA:

a) O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial.

b) O prazo para apresentação de exceção de incompetência territorial é de 5 (cinco) dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção

c) O seguimento de recurso de revista que não demonstre transcendência com relação aos

reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica poderá ser denegado monocraticamente pelo relator, cabendo agravo ao órgão colegiado contra tal decisão.

d) Não é possível conceder efeito suspensivo ao recurso interposto contra sentença normativa proferida em dissídio coletivo.

e) Das decisões definitivas ou terminativas de vara do trabalho cabe recurso ordinário para o respectivo tribunal regional do trabalho, com efeito exclusivamente devolutivo, admitindo-se, contudo, a obtenção de efeito suspensivo através de ação cautelar.

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

83. Um imóvel rural localizado no Estado de São Paulo deve observar, à título de reserva legal, uma área mínima de:

a) 45%

b) 20%

c) 80%

d) 35%

e) 15%

84. Acerca da responsabilidade ambiental, assinale a alternativa correta:

a) Segundo o Supremo Tribunal Federal, o artigo 225, § 3º, da Constituição Federal, condiciona a responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais à simultânea persecução penal da pessoa física em tese responsável no âmbito da empresa.

b) Tendo em vista a importância do meio ambiente, o princípio da insignificância é inaplicável aos crimes previstos na Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais).

c) A responsabilização das pessoas jurídicas por crimes ambientais, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante

legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade, exclui a responsabilidade das pessoas físicas partícipes do mesmo fato.

- d) Não cabe responsabilização civil ambiental por obra licenciada regularmente.
- e) A responsabilidade civil ambiental independe de culpa ou dolo.

85. Não está sujeito a outorga pelo Poder Público o direito do seguinte uso de recursos hídricos:

- a) O uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural.
- b) Lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final.
- c) Derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo.
- d) Aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.
- e) Extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo.

86. Quanto ao tema saneamento básico, assinale a alternativa correta:

- a) Entende-se por sistema unitário o conjunto de condutos, instalações e equipamentos destinados a coletar, transportar, condicionar e encaminhar exclusivamente esgoto sanitário.
- b) A existência de plano de saneamento básico não interfere na validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico.
- c) Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.

d) O plano regional de saneamento básico não dispensa a necessidade de elaboração e publicação de planos municipais de saneamento básico.

e) Os Municípios com população inferior a 30.000 (trinta mil) habitantes poderão apresentar planos de saneamento básico simplificados.

87. Qual das unidades de conservação abaixo não necessita de consulta pública para sua criação?

- a) Área de Proteção Ambiental.
- b) Floresta Nacional.
- c) Reserva de Fauna.
- d) Monumento Natural.
- e) Estação ecológica.

88. Não compete à União:

- a) Licenciar empreendimento localizado em terras indígenas.
- b) Elaborar o Plano Diretor.
- c) Elaborar o zoneamento ambiental de âmbito regional.
- d) Licenciar empreendimento localizado ou desenvolvido conjuntamente no Brasil e em país limítrofe.
- e) Licenciar empreendimento localizado ou desenvolvido em 2 (dois) ou mais Estados.

89. Considera-se área de preservação permanente, segundo o Código Florestal:

- a) As restingas, em toda a sua extensão.
- b) Os manguezais, desde que sejam fixadores de dunas.

- c) As áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 10 (dez) metros.
- d) As áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais, na faixa nunca inferior a 200 (duzentos) metros.
- e) As bordas dos tabuleiros ou chapadas, até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais.

90. Assinale a alternativa correta:

- a) Entende-se por área órfã contaminada a área contaminada cujos responsáveis pela disposição não sejam identificáveis ou individualizáveis.
- b) Entende-se por acordo setorial a série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final.
- c) É princípio da Política Nacional de Resíduos Sólidos o sigilo das informações.
- d) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão e manterão, de forma individual, o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir), articulado com o Sinisa e o Sinima.
- e) Não há obrigatoriedade de audiências públicas para a elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

DIREITO FINANCEIRO

Vanessa Arns

- 91.** O foco da Lei de Responsabilidade fiscal, como o próprio nome diz, é a responsabilidade na gestão fiscal. Ela tem, também, alguns aspectos como parâmetro para atingimento dos seus objetivos, alguns listados abaixo. Assinale a afirmativa incorreta, do parâmetro que não faz parte como parâmetro.

- a) fixação de limites e condições para renúncias de receitas e geração de despesas.
- b) proibição do desequilíbrio orçamentário;
- c) prevenção de riscos e correção de desvios;
- d) transparência;
- e) cumprimento de metas de resultados entre receita e despesas;

92. Estabelecer as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, bem como dispor sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento compete à lei:

- a) Geral do Orçamento.
- b) do Plano Plurianual.
- c) de Diretrizes Orçamentárias.
- d) do Orçamento Anual.
- e) de Responsabilidade Fiscal.

93. Por esse princípio orçamentário, todas as receitas e todas as despesas governamentais devem fazer parte do orçamento, sem qualquer exceção. Estamos falando do:

- a) O princípio da legalidade.
- b) O princípio da programação.
- c) O princípio do equilíbrio orçamentário.
- d) O princípio da exclusividade.
- e) O princípio da universalidade.

94. Sobre o conceito, espécies e natureza jurídica do orçamento público, assinale a afirmativa incorreta.

- a) De acordo com a jurisprudência do STF, o orçamento público, em regra, possui caráter autorizativo, ou seja, o simples fato de uma despesa ser incluída no orçamento não gera direito subjetivo à sua realização.

- b) O orçamento base-zero constitui uma técnica de elaboração do orçamento em que há o reexame crítico dos dispêndios de cada área governamental, de modo que não há compromisso com o montante de dispêndios do exercício anterior.
- c) O orçamento público é instrumentalizado por meio de lei que possui caráter formal, o que torna inviável o seu controle em sede abstrata.
- d) As despesas do exercício financeiro, bem como os créditos que visam atender tais despesas, estão previstas na Lei Orçamentária Anual.
- e) A Lei Orçamentária Anual poderá conter os chamados créditos adicionais além dos créditos orçamentários.

95. Sobre os Créditos Adicionais, assinale a afirmativa incorreta.

- a) São vedadas a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, inclusive as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa.
- b) Os chamados créditos suplementares são os créditos destinados a um reforço na dotação orçamentária.
- c) Se uma autarquia receber, mediante determinação da lei orçamentária, dotação insuficiente para determinado projeto, deve requerer a abertura de crédito suplementar pelo valor que falte, caso necessite acrescer o valor.
- d) Os créditos especiais são abertos por decreto do poder executivo, com a finalidade de criar um programa ou elemento de despesa com vistas a atender objetivo não previsto no orçamento.
- e) os créditos especiais não podem ter vigência além do exercício em que forem autorizados, exceto se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites dos seus saldos, poderão vigor até o término do exercício financeiro subsequente.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

96. De acordo com o artigo 966 do Código Civil, é adequado assegurar que o Direito brasileiro concluiu a transição para a

- a) “teoria da empresa”, de matriz italiana.
- b) “teoria da empresa”, de matriz francesa
- c) “teoria dos atos de comércio”, de matriz italiana.
- d) “teoria dos atos de comércio”, de matriz francesa.
- e) “teoria dos atos empresariais” de matriz alemã.

97. Assinale a alternativa que indique o que é empresário para o Código Civil

- a) O sócio de qualquer sociedade empresária, desde que exerça o cargo de administrador.
- b) o agente que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção e circulação de bens e serviços.
- c) Equiparado à pessoa jurídica que pratica a atividade econômica organizada para a produção de bens e serviços.
- d) Um indivíduo a quem a lei atribui responsabilidade limitada se tiver integralizado o capital social empregado na produção.
- e) local de exercício da atividade empresarial.

98. Indique a alternativa adequada sobre a capacidade de ser empresário e a faculdade dos cônjuges em contratar sociedade.

- a) Possuem capacidade para serem sócios entre si os casados no regime de separação obrigatória.
- b) Apenas podem ser sócios entre si cônjuges casados sob o regime de separação de bens.

- c) Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si, desde que não tenham casado no regime da comunhão universal de bens.
- d) Os separados judicialmente não podem contratar sociedade entre si e com terceiros, salvo se já feita a partilha de bens.
- e) Os cônjuges não podem ser sócios em nenhuma hipótese

99. De acordo com o artigo 966 do Código Civil, é adequado assegurar que a empresa se perfaz no

- a) sujeito praticante da atividade de produção e comércio de bens e serviços de forma organizada, profissional e com busca de lucro.
- b) na própria atividade de produção e comércio de bens e serviços de forma organizada, profissional e busca de lucro.
- c) ato de comércio.
- d) local onde se desenvolve a atividade empresarial
- e) ponto de negócio.

100. Assinale a alternativa que indique a sociedade unipessoal limitada no Código Civil

- a) O sócio de qualquer sociedade empresária, desde que exerça o cargo de administrador.
- b) a pessoa jurídica que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção e circulação de bens e serviços.
- c) Equiparado ao empresário individual que pratica a atividade econômica organizada para a produção de bens e serviços.
- d) Um indivíduo a quem a lei atribui responsabilidade limitada, ainda que não tenha integralizado o capital social empregado na produção.
- e) a pessoa jurídica exercente de empresa.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Regular-de-Procuradoria-07-08>



Estratégia
Carreira Jurídica